

RECENSÕES

Problems in Philosophy. The Limits of Inquiry, de Colin McGinn. Oxford: Blackwell, 1993. 163 pp. £10.99

Quem conhece o autor deste livro (que já nos ofereceu uma excelente introdução à filosofia da mente com *The Character Of Mind*) pode pensar que se trata de um excelente e recomendável livro de introdução à filosofia analítica. Mas não é o caso. Na verdade, trata-se de um excelente e recomendável livro sobre teoria da filosofia, ou metafilosofia. A tese que é defendida ao longo destas páginas chama-se naturalismo transcendental (NT) e consiste na verdade em três teses atómicas: os problemas da filosofia são (1) reais e (2) naturais, i.e., não têm um carácter sobrenatural, mas (3) a sua solução é epistemicamente inacessível aos seres humanos.

O NT contrasta com outras teses possíveis acerca dos problemas da filosofia como o naturalismo imanente, o não-naturalismo imanente e o não-naturalismo transcendental. Todas estas teses aceitam (1), distinguindo-se pela sua posição em relação a (2) e (3). O naturalismo imanente aceita (2), mas defende que a solução dos problemas filosóficos é acessível aos seres humanos. O não-naturalismo imanente defende que os problemas filosóficos têm um carácter não-natural, apesar de serem acessíveis aos seres humanos — o que supõe a existência de capacidades sobrenaturais na estrutura epistémica humana. O não-naturalismo transcendental não supõe capacidades sobrenaturais na estrutura cognitiva dos seres humanos, mas aceita que os problemas filosóficos têm um carácter sobrenatural, cuja solução é, por isso, de solução inacessível aos seres humanos.

Teses que rejeitam (1) — isto é, que afirmam que os problemas filosóficos não são reais mas sim uma forma de ilusão — são amplamente conhecidas na filosofia do século XX: Wittgenstein, que defendia que os problemas filosóficos são ilusões que resultam de um uso errado da linguagem, e o positivismo lógico, que defendia que todos os problemas que não fossem empíricos ou analiticamente decidíveis eram destituídos de significado cognitivo.

A tese central deste livro é assim a de que os seres humanos não podem saber tudo aquilo que se pode saber por meios naturais. Temos agora de avaliar até que ponto consegue McGinn convencer-nos da verdade desta tese. Este é talvez o aspecto mais lúcido deste livro: McGinn argumenta que não vai poder fazer mais do que mostrar que a sua tese deve ser considerada com respeito; não vai poder mostrar que a sua tese é de facto verdadeira. A lucidez do autor consiste em perceber que este tipo de trabalho mitigado do filósofo é na verda-

de bastante usual. São raras as ocasiões em que um filósofo defende uma teoria como verdadeira de facto; a maior parte das vezes tudo o que o filósofo pode fazer é mostrar que a solução que propõe para determinado problema é respeitável — é consistente com outras ideias mais gerais que temos acerca do mundo, assim como com a ciência, tem um bom poder explicativo e é razoavelmente económica nos meios utilizados.

Com o objectivo de defender a plausibilidade da sua teoria, McGinn mostra como ela se comporta em relação a seis temas clássicos da filosofia, que dão origem a outros tantos grupos de problemas: a consciência, a identidade pessoal, o significado, o livre arbítrio, o *a priori* e o conhecimento. McGinn defende que todos estes problemas têm um carácter DIME.

O carácter DIME dos problemas filosóficos pode em abstracto ser descrito da seguinte forma. Em relação a um conceito filosófico problemático C surgem quatro tipos de teorias filosóficas. As teorias de tipo D defendem que C tem de ser domesticado, desmitologizado, dissecado. C é demasiado problemático por si mesmo para ser tratável, por isso deve ser reduzido a conceitos mais básicos, os quais por sua vez serão então já passíveis de um bom tratamento teórico. No fim acaba por se defender que o problema original C não era afinal um grande problema, apenas se apresentava como tal por falta de análise.

As teorias de tipo I defendem em relação ao mesmo conceito problemático C o seu carácter irreduzível, indefinível e inexplicável. O teórico I acusa o teórico D de procurar reduzir tudo — mesmo o que não pode ser reduzido. I defende que C não tem redução nem explicação — tem de ser aceite como é, um facto bruto do mundo conceptual que não tem explicação mas também não carece de tal: afinal, as explicações têm de parar algures.

As teorias de tipo M defendem o carácter mágico, místico e milagroso de C. Tal como as teorias de tipo I, as teorias M recusam a redução que D apresenta, mas não se contentam com o facto inexplicado — querem uma explicação a todo o custo, ainda que essa explicação seja mais incompreensível do que o problema original. Para M o mundo é mais estranho do que os naturalistas pensam; nada poderia ter acontecido sem a intervenção sobrenatural — logo, é razoável que muitos problemas não possam conhecer uma solução natural. O argumento de M consiste muitas vezes em mostrar que a hipótese sobrenatural consegue explicar factos de tipo C que de outra forma não se explicam.

Por fim, as teorias de tipo E propõem a eliminação e a exclusão de factos C. Os factos C não devem ser nem reduzidos, nem tomados como mistérios irreduzíveis, nem pretensamente solucionados recorrendo ao misticismo e à magia; devem ser eliminados porque são absurdos lógicos, ou ideias pré-científicas.

O NT é uma alternativa ao carácter DIME dos problemas da filosofia. Compete à comunidade filosófica avaliar até que ponto o NT é uma teoria melhor do que qualquer das suas alternativas. O que não pode deixar de ser enfrentado é a possibilidade inquietante de McGinn ter formulado com uma clareza nunca antes conseguida mais um problema filosófico típico (agora no que respeita à própria natureza dos problemas filosóficos), para o qual nenhuma solução satisfatória única será encontrada nos próximos séculos. Se isto acontecer, será, curiosamente, o próprio NT a ganhar pontos em relação a todas as teorias sobre os problemas da filosofia que afirmem a possibilidade de a humanidade os solucionar. Em qualquer dos casos, a possibilidade conceptual de existirem problemas passíveis de serem solucionados, mas a cuja solução não podemos aceder por falta de capacidades cognitivas adequadas, é uma hipótese razoável; na verdade, *existem* problemas destes: certas proposições decidíveis da matemática são de tal forma complexas que os cálculos para determinar o seu valor de verdade, apesar de possíveis, não são possíveis para nós: demorariam milhares de anos a completar, mesmo com a ajuda dos mais poderosos computadores. Não é por isso de espantar que a questão de saber se existe livre-arbítrio, por exemplo, tenha uma resposta definitiva, que no entanto nos seja inacessível. Nenhum filósofo, necessariamente preocupado com a descoberta da verdade, pode deixar de se sentir pelo menos desconfortável com esta perspectiva.

O livro de Colin McGinn tem a virtude de tornar claras as diferentes teses que podem ser defendidas em relação à natureza dos problemas da filosofia e quanto à possibilidade da sua solução. O mérito de McGinn consiste não só em ter conseguido defender o NT com aquela inteligência clara que é um dos apanágios (infelizmente nem sempre alcançado) da filosofia analítica, mas também em ter sabido caracterizar com razoável precisão as alternativas existentes. Por isso, este é um livro de leitura obrigatória para quem se preocupa com a natureza dos problemas da filosofia — todos os filósofos, portanto.

Desidério Murcho
Sociedade Portuguesa de Filosofia
Av. da República, 37-4.º, 1050 Lisboa
glossar@ptmat.lmc.fc.ul.pt